



2ª Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania LGBT

"Pela concretização de Políticas Públicas: reconhecendo direitos e enfrentando a lesbo-homo-bi-transfobia"

18 e 19 de setembro de 2015



Panorama de ações do Município de Belo Horizonte voltadas à população de LGBT

Belo Horizonte, seguindo o seu compromisso com a luta pela defesa e garantia dos Direitos Humanos, se alinha aos esforços nacionais e internacionais no enfrentamento de todas as formas de violência que hierarquizam e subalternizam cidadãs(aos) a partir de sua orientação sexual e identidade de gênero.

Avançamos desde a I Conferência Municipal LGBT e devemos reconhecer que os desafios para a concretização das ações propostas à época ainda se encontram longe de serem superados. Ao mesmo tempo, outros desafios surgiram e tornaram ainda mais complexo o cenário social da cidade e do Brasil, bem mais conservador e refratário ao reconhecimento da pluralidade e diversidade, sobretudo sexual, tornando urgente o desenho preciso e resolutivo de uma Política Pública Municipal LGBT capaz promover, garantir e restaurar direitos de todas e todos.

Nesta perspectiva, a Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, por meio da Coordenadoria de Direitos Humanos e do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte vem discutindo e trabalhando conjuntamente a integrantes do governo municipal e da sociedade civil que compõem o Comitê de Acompanhamento do Programa BH Sem Homofobia para a elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas LGBT.

Os desafios a serem enfrentados estão presentes em todas as áreas.

Na área da saúde a implantação de uma atenção integral a população de LGBT, que possa atender as demandas gerais e específicas para além das doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS, ainda encontra muito obstáculos. Temos acompanhado as

dificuldades das unidades básicas no respeito à identidade de gênero da população de travestis e transexuais, muitas vezes representado na negação do uso do nome social, o não acesso ao processo de intervenções no corpo que possam, para quem assim desejar, possibilitar um bem estar social para além de práticas moralizantes e normatizadoras.

A Assistência Social tem sido chamada a pensar sobre os desafios de inclusão da população de LGBT nos serviços de acolhimento institucional tanto para adolescentes quanto para adultos. Principalmente quando se trata de travestis e transexuais vemos as dificuldades no respeito à identidade de gênero, em suas várias representações. Outro desafio que observamos é a inclusão das violações de direitos por ocorrência de discriminação em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero nos acompanhamentos feitos pelos equipamentos dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, tal como preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Além destes, um importante desafio a ser considerado pela rede de proteção social básica da Assistência Social é a compreensão de que a homo-lesbo-transfobia é produtora de vulnerabilidades sociais que colocam cidadãs(aos) LGBT em situação de risco social, como ruptura dos vínculos familiares, violências psicológicas, físicas, institucionais etc. Correlacionados aos desafios mencionados está a efetivação de uma Política Municipal de Assistência Social que leve em consideração as questões de gênero e de orientação sexual em suas normativas, metodologias, processos de trabalho, cotidiano dos serviços etc.

Grandes desafios estão presentes na área de trabalho e emprego quando se propõe a possibilitar a inserção da população LGBT no mercado de trabalho. A baixa escolaridade que caracteriza uma importante parcela desta população, associada à baixa qualificação técnica e ao preconceito social, matriz da intolerância frente a diversidade sexual, exclui essa(e)s cidadã(ao)s do mercado de trabalho, este fortemente refratário à contratação de sujeitos que rompem com a lógica heteronormativa vigente. Observamos a presença de expectativas estereotipadas em relação aos seus comportamentos no ambiente de trabalho, principalmente de travestis e transexuais.

Um dos desafios para efetivar a inclusão da população LGBT no mercado de trabalho é a articulação entre a Secretaria de Trabalho e emprego com as empresas e diversos setores da indústria, comércio e outros visando construir uma abertura para a absorção desta mão de obra.

Outro desafio é a ampliação dos espaços de inserção da população LGBT no mercado de trabalho, principalmente de travestis e transexuais, através da abertura de

vagas na prestação de serviços a prefeitura municipal de Belo Horizonte. Estas ações estão ocorrendo em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, que atualmente conta com três mulheres transexuais em seu quadro de funcionários e com a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social que tem um processo de contratação em aberto com 64 vagas para recepcionista/auxiliar administrativo, do qual várias travestis e transexuais estão participando. Para além de inserir em atividades profissionais é importante garantir junto aos contratantes o respeito à orientação sexual e a identidade de gênero, com uso do nome social em crachás e outros documentos. Ainda está em discussão com a Gerência da Divisão de Contratos a abertura de vagas na SLU (Superintendência de Limpeza Urbana).

Na área da Educação, observamos uma dificuldade na permanência de estudantes travestis e transexuais nas escolas, devido às situações de preconceito e discriminação a que estão sujeitos neste ambiente. Apesar de termos uma resolução que deveria garantir a população de travestis e transexuais o uso do nome social em todos os registros escolares da rede municipal, o que observamos é desconhecimento por parte dos/as trabalhadores/as da educação desse dispositivo ou resistências baseadas em atitudes preconceituosas. Outro desafio encontrado no ambiente escolar trata-se dos dispositivos arquitetônicos que organizam hierarquias sexuais, legitimando determinadas experiências e inferiorizando outras. Uma das alternativas construídas pelas instituições escolares tem sido solicitar que travestis e transexuais utilizem o banheiro da sala dos/as professores/as ou da direção da escola. Tal alternativa não toca no cerne do problema, ou seja, o modo como, inclusive arquitetonicamente, as instituições escolares são [re]produtoras de desigualdades sociais.

Uma importante discussão na área da educação está sendo travada em relação ao Plano Municipal de Educação (PME), referente à inclusão no currículo escolar das questões pertinentes à promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual. Estas discussões têm como diretriz o entendimento de que a escola deve fomentar o respeito à diversidade, com ações que permitam a inclusão de todos os sujeitos que ainda são estigmatizados pela sociedade, como gays, lésbicas, transexuais, negros e deficientes.

A inserção da população LGBT nos diversos espaços e atividades culturais de Belo Horizonte tem sido dificultada pela não adesão desta população que historicamente é aviltada e impedida do convívio social, fazendo com que não se sintam contempladas e mesmo pertencentes a estes espaços. Outro desafio é possibilitar que temáticas do segmento de LGBT, com foco na travestilidade e transexualidade, sejam inseridas nas

diversas atividades culturais do Município de forma a levar a construção de um novo olhar sobre esta população fora dos convencionais estereótipos que apenas ridicularizam, sem gerar nenhuma reflexão sobre o direito de pertença desta população à cidade. Observamos também que as estratégias de publicização das atividades culturais do município não tem atingido a população do segmento LGBT, fazendo com que o distanciamento destas atividades se torne cada vez maior.

Um dos grandes desafios enfrentados pela área de segurança urbana municipal é contribuir para que os munícipes em geral, percebam no dia a dia da cidade, que a população do segmento LGBT tem os mesmos direitos de circulação e utilização dos espaços públicos. Isto poderá ocorrer através de intervenções de seus agentes, principalmente da guarda municipal que tem sido chamada a responder em vários momentos diante de olhares discriminatórios e excludentes de direitos, principalmente no que diz respeito à população de travestis e transexuais, quando da utilização comum de espaços/serviços públicos.

Apesar de todos estes desafios, cada área governamental tem participado de uma importante discussão sobre os direitos da população LGBT no município e a partir destas reflexões tem buscado contribuir para o avanço da política municipal LGBT.

Entendemos que a II Conferência Municipal LGBT se constitui como um momento estratégico para avaliar criticamente como cada área tem se posicionado diante das demandas da população LGBT e, a partir desta análise e ponderações, construir propostas que possam nos fazer avançar cada dia mais em direção à proteção e promoção dos direitos desta população.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte está passando por um processo de reforma administrativa que prevê a criação da Coordenadoria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Belo Horizonte e há também a previsão da criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos, Promoção e Efetivação da Cidadania LGBT em 2016.

A seguir são apresentados os relatórios de cada uma das áreas do governo municipal mencionadas:

I - Avanços

Na área da **Saúde**, estão sendo realizadas formações para gestores e técnicos dos Centros de Saúde de Belo Horizonte, com previsão de inclusão de equipes operacionais,

como auxiliares administrativos, porteiros, seguranças. A formação compõe o “cardápio” de cursos ofertados pelo Centro de Estudos em Saúde da PBH.

Na área do **Trabalho**, o CRLGBT tem participado das reuniões mensais do Comitê gestor da Política de Trabalho e Emprego, espaço de discussão da política de trabalho e emprego para o município de Belo Horizonte, espaço no qual realiza articulações junto a políticas de trabalho, emprego e formação para o mercado.

Por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, foi estabelecida articulação com o SINE e desenhadas ações de formação para gestores e atendentes do SINE, da Central de Captação de Vagas.

Na área da **Assistência Social**, estão sendo realizadas formações para gestores/as e técnicos/as dos equipamentos de proteção social especial de média e alta complexidade. Além disso, quanto aos serviços de acolhimento institucional existe a discussão sobre a melhor alternativa quanto ao atendimento de travestis e transexuais. Gerencialmente, existe a proposta de implantação de espaços reservados (sejam alas ou quartos) destinados à população de LGBT nos equipamentos de acolhimento institucional; ao passo que na XI Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte foi aprovada proposta de que a inserção de travestis e transexuais nos acolhimentos institucionais deve ser em consonância com a identidade de gênero.

No campo da **Segurança Pública** vem sendo articuladas, junto ao Comando da Polícia Militar, formações voltadas para a corporação, em especial militares que atuam no policiamento ostensivo nas ruas. Esta ação está sendo desenhada em parceria com o Escritório de Direitos Humanos da SEDESE/MG e a PMMG, além de ações de formação voltada para a Guarda Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial.

No campo da gestão podemos ressaltar como avanços: a instituição do **Programa BH sem Homofobia** e a continuidade dos trabalhos do **Comitê de Acompanhamento do Programa BH Sem Homofobia**, com os objetivos de acompanhamento e monitoramento das ações previstas no programa, em especial a elaboração do Plano

Municipal de políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e discriminação em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

II - Desafios

- Implantação da Coordenadoria Municipal LGBT, conforme estabelecido no Projeto Sustentador do governo municipal, ainda a ser apresentada e votada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte;
- Elaboração do Plano Municipal de políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e discriminação em relação à orientação sexual e identidade de gênero, de acordo com as metas propostas no Projeto Sustentador do governo municipal;
- Apresentação do projeto de lei que cria o Conselho Municipal LGBT, meta do Projeto Sustentador para o ano de 2016;
- Estabelecimento de um trabalho integrado com a rede municipal, por meio do fortalecimento da concepção da lógica intersetorial ainda a ser implementada efetivamente em nosso município;
- Garantia do uso do nome social de travestis e transexuais nos serviços públicos do município, em especial nos centros de saúde, área estratégica para fruição de direitos fundamentais;
- Aumento do reconhecimento das demandas da população do segmento LGBT pelas diversas políticas da rede municipal, que devido a recente introdução da temática na agenda da cidade ainda permanecem invisibilizadas;
- Garantir a inclusão, no calendário da cidade, de datas e ações atinentes a política LGBT como afirmação do reconhecimento dos direitos da população do segmento LGBT, como o dia Internacional de Combate a Homofobia, 17 de maio e as ações da sociedade civil, especialmente a Parada do Orgulho LGBT;
- Descentralização e regionalização das ações de atendimento e garantia de direitos da população LGBT por meio de equipes capacitadas nos CRAS e CREAS do município.

RELATÓRIO CRLGBT BH
COORDENADORIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE DIREITOS DE CIDADANIA¹

O Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Belo Horizonte (CRLGBT-BH) vinculado à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania tem como objetivo contribuir para a defesa e promoção dos direitos humanos e cidadania da população LGBT, por meio de ações que visem o enfrentamento da violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no município de Belo Horizonte.

Cabe ao CRLGBT-BH a execução das ações dispostas no Programa BH sem Homofobia, lançado em janeiro do corrente ano e que materializa as propostas temáticas que compõem o Programa de governo Metas e Resultados e seu Projeto Sustentador “Direito de Todos”, lançado em janeiro de 2015 por meio de Decreto Municipal.

Fluxo de rede

Recebimento de demandas: O CRLGBT atende demandas tanto espontâneas quanto encaminhadas pela rede. Os encaminhamentos feitos pela rede municipal são em sua maioria das áreas de saúde e Assistência Social e se dão diretamente para o CR mediante encaminhamento por escrito e posterior discussão dos casos seja via telefone ou pessoalmente.

Encaminhamento de demandas: O CRLGBT de acordo com a demanda dos usuários faz encaminhamentos para a Saúde, Educação e Assistência Social (CRAS e CREAS), mas estes encaminhamento só ocorrem a partir de uma discussão do caso, ainda que via telefone. Também são feitos encaminhamentos para a Defensoria Pública, Núcleo de Atendimento e Cidadania LGBT da Polícia Civil - NAC, Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos - NAVCV e outros órgãos de acordo com a demanda.

Principais demandas atendidas e mapeadas pelo CRLGBT-BH

A população de LGBT enfrenta em seu dia a dia diversas situações de violação de direitos e de garantias fundamentais tendo como fundamento o preconceito e a

¹ Fonte: Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de LGBT

discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. As demandas mais frequentes são:

- Apoio psicossocial diante de situações de discriminação e/ou violência física e psicológica devido à orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- Orientação sobre direitos e fluxos da rede municipal;
- Respeito ao uso do nome social para travestis e transexuais no município nos diversos setores e equipamentos das políticas públicas;
- Formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas de saúde que contemplem as demandas gerais e específicas da população do segmento LGBT como por exemplo: prevenção às DST's/Aids que considere as práticas sexuais de lésbicas; tratamento hormonal; acesso gratuito a próteses de silicone; cirurgia de redesignação sexual, entre outras;
- Implementação de políticas públicas de Educação que possibilitem o acesso e permanência da população de LGBT, principalmente de travestis e transexuais, na escola;
- Implementação de políticas públicas de capacitação profissional e de inserção no mercado de trabalho, principalmente para travestis e transexuais;
- Promover a formação dos agentes públicos do município para prestarem atendimentos à população LGBT que levem em consideração o respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

Estas demandas sofrem intervenções do CRLGBT a partir das ações apresentadas abaixo.

Ações desenvolvidas pelo CRLGBT

Atendimento Psicossocial: objetiva-se contribuir para o empoderamento dos sujeitos do segmento LGBT com incentivo ao desenvolvimento de autonomia e o conhecimento de seus direitos visando possibilitar o exercício efetivo de sua cidadania plena de acordo com as demandas apresentadas. Ações:

- Orientação psicossocial ao segmento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, favorecendo o acesso às informações sobre direitos humanos e de cidadania;

- Apoio no processo de reinserção escolar, inserção/reinserção no mercado de trabalho, auxílio na inserção na rede de assistência social, saúde e outras do Município;
- Apoio, orientação e encaminhamentos necessários para os cidadãos LGBT que tenham tido seus direitos ameaçados/violados ou que tenham sido vítimas de atos de discriminação e/ou violência física e psicológica;

Atualmente, são realizados em média 20 atendimentos mensais, portanto aproximadamente 240 atendimentos ao ano.

Formação e Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT: objetiva contribuir para mudanças de posturas diante da população do segmento LGBT a partir do acesso a informações que possibilitem uma cultura de respeito à diversidade sexual e de prevenção dos atos de violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Ações:

- Formação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade - Construindo estratégias de enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero para as equipes de Saúde da Atenção Primária nos Distritos Municipais da PBH;
- Formação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade - Construindo estratégias de enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero para técnicos/as de equipamentos dos Serviços de Acolhimento Institucional e de Abordagem Social da política municipal de Assistência Social;

Articulação de Políticas Públicas: objetiva-se a interlocução com diversos setores municipais, estaduais e outros que possam contribuir para o desenvolvimento de ações que contemplem as demandas do segmento LGBT em diversas áreas. Ações:

- Discussão e elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas dos Direitos Humanos e de Cidadania - PMPPDHC – de LGBT – junto com integrantes do governo municipal e da sociedade civil;
- Reuniões mensais do Comitê de Acompanhamento do Programa “BH sem Homofobia”, composto por instituições governamentais e representantes da

sociedade civil, com objetivo de acompanhar e monitorar o Programa e as ações previstas e aprofundar a compreensão em torno do fenômeno da violência e violação dos direitos humanos e de cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, na perspectiva de seu enfrentamento;

- Reuniões junto a setores/gestores da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, tendo em vista encaminhamento e acompanhamento de casos;
- Reuniões junto a órgãos governamentais e não governamentais, que sejam responsáveis por políticas e ações no campo do trabalho e emprego;
- Discussão com os responsáveis pelo Sistema de Informações e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS para a construção de um banco de dados contendo informações sobre a população do segmento de LGBT que acessa o CRLGBT-BH.
- Discussão junto a SMARH (Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos) sobre o acesso ao benefício de pensão de servidores(as) que possuem união estável.
- Articulação com a Polícia Militar de Minas Gerais no tocante a segurança pública, no que se refere às questões de violência contra a população LGBT, principalmente de travestis e transexuais e a relações da Polícia militar com as demandas de garantia do direito de segurança, de ir e vir e de pertença aos espaços da cidade que esta população lhes endereça.
- Participação nos Fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme solicitação das Regionais responsáveis pelos mesmos visando a discussão sobre Adolescência e Direitos Sexuais.

Promoção de ações afirmativas: objetiva-se a construção de medidas especiais e temporárias a serem implementadas pelo Poder Público e por setores da sociedade civil com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas.

- Discussão com integrantes da política de cultura em âmbito municipal, visando possibilitar que temáticas do segmento de LGBT, com foco na travestilidade e transexualidade sejam inseridas nas diversas atividades culturais do Município.
- Apoio institucional e político de ações da sociedade civil, como a Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, dentre outras.

- Recentemente, julho de 2015, como uma ação inserida nas atividades que antecedem a Parada do Orgulho LGBT o CRLGBT junto as nove regionais de Belo Horizonte, promoveu Fóruns Regionais LGBT. Em cada uma das regionais foi discutido um tema relacionado a população LGBT e estes fóruns configuram-se como ação inicial que visa a descentralização da temática LGBT e sua regionalização.

RELATÓRIO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA²

*Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero
Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte*

Belo Horizonte é parte importante da história das iniciativas de mobilização das então chamadas parcelas da “população homossexual” no Brasil (não havia ainda a denominação LGBT e o reconhecimento da diversidade de gêneros), segundo os registros disponíveis. Remontam ao ano de 1956 iniciativas que buscavam afirmação de valores e reivindicações desse segmento da sociedade brasileira. Jornais da época noticiam, entre 1956 e 1966, movimentos na cidade e, em 1972, Simpósios de Debates sobre o que antes era conhecido como Homossexualismo.

Historicamente a população LGBT participa ativamente da cultura de Belo Horizonte, por meio de sua atuação artística e militante. No entanto, ainda é necessário avançar nesta interlocução cultura-causa LGBT, por meio de ações afirmativas que incluam suas demandas nas políticas de cultura municipais.

Na busca de interseção entre a política de cultura municipal e a luta dos movimentos em prol da Cidadania e Direitos Humanos da população LGBT, a FMC instituiu, através da portaria PORTARIA FMC Nº 060/2014 publicada no DOM de 18 de julho de 2014, o Grupo de Trabalho LGBT da FMC-BH. Mais tarde, esse Grupo de trabalho seria transformado em Comissão com a publicação da PORTARIA FMC Nº 072/2015, em 14 de Julho de 2015.

Esta Comissão foi constituída para discutir tais questões no âmbito da política de cultura e propor, de forma coordenada, formas de inclusão das demandas e da causa LGBT nas políticas norteadoras das ações da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. São também atribuições da Comissão realizar estudos e ações de sensibilização à causa LGBT, internamente e externamente.

Princípios e diretrizes

A *Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero* da FMC rege-se pelos seguintes princípios:

² Fonte: Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte

- I – valorização e respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero;
- II – reconhecimento dos direitos culturais como parte indissociável dos direitos humanos e do lugar central da cultura na construção de espaços comuns de experiência da diversidade sexual e de gênero;
- III – reconhecimento da diversidade cultural como um dos elementos essenciais de transformação da sociedade, na busca pela igualdade de direitos;
- IV – compromisso com a defesa e a promoção do avanço dos direitos humanos e a criação de condições para a paz, por meio do combate à opressão, discriminação e qualquer outra expressão de intolerância;
- V – inclusão e integração de diversos modos de criar, fazer e viver;
- VI – direito à participação de todos na vida cultural, sem distinção de diversidade de gênero, sexualidade, raça, cor, credo e convicções;
- VII - garantia a todos do exercício dos direitos sociais, políticos e culturais;
- VIII – construção da cidadania plena a partir da sensibilização e inclusão da causa LGBT no cenário sociocultural da cidade;
- IX – convivência ética em todas as formas de relações sociais;
- X- ações de combate à heteronormatividade, homofobia; transfobia, lesbofobia e à discriminação de gênero, principalmente no sentido de viabilizar políticas de cultura orientadas por diretrizes anti-discriminatórias.
- XI- Valorização, promoção e difusão da cultura LGBT
- XII – reconhecimento da importância do fomento a produções artísticas e culturais inclusivas e resgate da memória LGBT;
- XIII – ações pautadas nos princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Atividades desenvolvidas

- CineDiverso - realização de um cineclube mensal que promove a discussão da temática LGBT no cinema

- Inclusão em editais públicos da FMC destinados ao fomento da produção artística, a restrição à promoção de conteúdos de caráter homofóbico, transfóbico, lesbofóbico, sexista, machista ou preconceituoso de qualquer natureza, considerando, sempre, a interseccionalidade das opressões;
- Participação da FMC em Seminários sobre cultura e direitos LGBT;
- Promoção e articulação da participação da temática LGBT nos Festivais da FMC - FAN, FIQ, FIT e FIL -, na Virada Cultural e demais eventos da FMC;
- Ações internas para melhorar o acolhimento de funcionárias trans tanto em relação à desconstrução de discursos estereotipados sobre suas capacidades e talentos quanto às questões jurídicas e práticas para o uso do nome social
- Palestra para funcionários visando a conscientização por parte dos funcionários acerca das particularidades da inclusão LGBT

Ações a serem desenvolvidas/fomentadas

I - Ações para promover a sensibilização e reflexão interna na FMC:

- Promover eventos relacionados às questões LGBT - seminários, palestras, mesas redondas, debates, exibição de filmes etc. – para gestores e servidores da FMC;
- Articular ações de levantamento interno de acervo/memória de produção cultural LGBT e/ou afeito à questão de gênero com os gestores e servidores nos equipamentos da FMC, visando sensibilizar para a causa LGBT e promover a reflexão;
- Articular ações de levantamento de demandas culturais pela população LGBT com os gestores e servidores nos equipamentos da FMC, visando sensibilizar para a causa LGBT e promover a reflexão;
 - Promover e garantir a participação da temática LGBT em eventos internos da FMC;

II - Ações de Institucionalização:

- Apresentação do Grupo, seus objetivos e propostas iniciais, aos gestores e servidores da FMC;

- Alteração nos formulários da FMC para reconhecimento de nome social e identidade de gênero;
- Gerar instâncias de articulação entre a FMC e as entidades de luta e movimentos LGBT por meio da *Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero*;
- Gerar instâncias de articulação entre as políticas culturais da FMC e outras políticas públicas - sociais, econômicas, educativas, ambientais e urbanísticas - por meio da *Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero*;
- Gerar instâncias de articulação entre a FMC e as entidades acadêmicas por meio da *Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero*;
- Gerar instâncias de articulação entre a *Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero* e as comissões de editais e demais instrumentos de fomento da FMC.

III - Apoio e Promoção às expressões artísticas diversas

- Realização do I Festival de Arte Inclusiva da FMC em 2017;
- Lançamento, em 2016, de Edital público para fomento da produção artística LGBT;
- Realizar o I Seminário de Cultura e Direitos LGBT da FMC (em parceria com outras instituições);
- Articular a participação da FMC na Parada Gay de Belo Horizonte.

Desafios

- Despreparo generalizado por parte de funcionários da Cultura para o trato com a população LGBT
- Herança cultural excludente que faz com que a população LGBT não se sinta convidada a frequentar e ocupar os espaços e eventos culturais
- Desconfiança por parte da população LGBT em relação à legitimidade e esforços das políticas públicas
- Falta de diálogo com as demais áreas públicas envolvidas com as demandas da população LGBT

RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL³

Introdução

O presente documento tem como objetivo apresentar as ações da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social voltadas para a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) de Belo Horizonte. Conforme disposto na Lei Municipal nº 9.011/2005, a referida Secretaria tem como uma de suas atribuições promover projetos, programas e atividades com vistas ao desenvolvimento social e à garantia dos direitos sociais.

A Assistência Social é uma política pública que busca garantir os mínimos sociais necessários aos cidadãos e aos grupos de pessoas em situação de risco. Sua atuação se dá em dois níveis de proteção social: básica e a especial. Conforme disposto na Política Nacional de Assistência Social (2004), a Proteção Social Básica busca

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminação étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras (BRASIL, 2004).

Já a Proteção Social Especial tem sua atuação vinculada aos casos em que houve algum tipo de violação de direitos. Nesse contexto,

A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004).

³ Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

É considerando o disposto na Política Nacional de Assistência Social e as diretrizes municipais da implementação das ações que são realizadas as ações para a população LGBT na cidade.

A 1ª Conferência Municipal LGBT e a Política de Assistência Social

A 1ª Conferência Municipal LGBT, realizada em Belo Horizonte no ano de 2011, não contemplou a Assistência Social enquanto um eixo específico para discussão e votação de propostas. Entretanto, nas propostas aprovadas pela plenária, inseridas em outros eixos, encontram-se algumas que estão, direta ou indiretamente, vinculadas a essa política. Seguem alguns aspectos apontados:

- a) Implantar, de maneira ampla e regular, programas de formação continuada para agentes públicos para atendimento ao público LGBT: proposta feita para o eixo da Saúde;
- b) Possibilitar a identificação facultativa, pelo usuário, nos prontuários de atendimento, da orientação sexual e identidade de gênero, para melhorar o atendimento e as orientações: proposta feita para o eixo da Saúde;
- c) Realizar cursos de capacitação para agentes públicos municipais para atendimento ao público LGBT: proposta feita para o eixo Direitos Humanos, Segurança Pública e Justiça;
- d) Garantir a discussão da temática LGBT em todos os espaços institucionais do Poder Público Municipal, Estadual e Federal, em instituições conveniadas ou prestadoras de serviço, como contrapartida educativa em convênios e com incentivo à divulgação da política pública LGBT: proposta feita para o eixo Direitos Humanos, Segurança Pública e Justiça;
- e) Qualificar os profissionais dos equipamentos públicos de atendimento às pessoas em situações de vulnerabilidade e de rua, para melhor acolher a população LGBT, respeitando suas especificidades: proposta feita para o eixo Trabalho e Renda.

Ações da Política de Assistência Social em Belo Horizonte para a população LGBT

As ações implementadas pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social para a população LGBT são realizadas nos dois níveis de proteção citados anteriormente, conforme apresentado abaixo:

Proteção Social Básica: os serviços ofertados pela proteção social básica são realizadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que são unidades consideradas como a “porta de entrada” para os serviços socioassistenciais, e pelas Gerências Regionais de Atendimento Social. No contexto da proteção social básica, a temática LGBT é tratada de forma transversal em rodas de conversa, palestras e grupos

de discussão realizados com os beneficiários da política de assistência social no Município.

Proteção Social Especial: a proteção social especial está organizada em dois níveis de complexidade. A média complexidade inclui os seguintes serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Já a alta complexidade, incorpora os serviços de acolhimento institucional, acolhimento em república, em família acolhedora, além do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Considerando as demandas apresentadas pelas equipes que desenvolvem as ações da Proteção Social Especial, foi iniciado, em parceria com o Centro de Referência LGBT, um processo de formação continuada de agentes públicos que trabalham nas instituições responsáveis pela execução dos serviços da média complexidade. Até o momento, foi realizada a Formação em Direitos Humanos e Cidadania LGBT, organizada em quatro módulos, com duração de 16 horas. A formação tem como principal objetivo construir estratégias para que os serviços sejam executados de forma a garantir e respeitar a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Concluíram a formação, 51 profissionais da Proteção Social Especial e dos equipamentos que trabalham com o serviço de acolhimento.

Gestão: no nível da gestão da Política de Assistência Social é importante destacar que o Sistema de Gestão da Informação das Políticas Sociais (SIGPS) contém o campo de identificação do usuário dos serviços pelo nome social, além daqueles que contemplem a informação sobre a orientação sexual e a identidade de gênero.

Considerações para o debate

A construção de políticas públicas para a população LGBT demanda um grande debate com a sociedade. Inclui-se, nesse debate, a necessidade de fazer uma discussão sobre a articulação de uma política LGBT com as demais políticas públicas de forma a garantir o acesso aos direitos por esse público. Esse é um grande desafio no contexto vivido pela sociedade brasileira.

Em relação à Política de Assistência Social, muitas são as questões que demandam a discussão. Entretanto, avaliamos que é na Proteção Social Especial onde se encontram os maiores desafios relacionados ao atendimento do público LGBT de Belo Horizonte. Isso porque, no caso da alta complexidade, há uma demanda latente, por parte dos movimentos sociais, de que seja realizada uma adequação da estrutura física das unidades de acolhimento para receber homens e mulheres trans. A primeira questão que deve ser debatida é: de que tipo seria essa adequação?

Pensando para além do que está posto como demanda imediata, é fundamental que o tema seja tratado de forma a incluir o público LGBT em todos os espaços da cidade, garantindo o acesso aos serviços, ofertas e direitos.

RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE⁴

GAPE- Gerência de Articulação da Política Educacional
NUGDS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual

1. Introdução

A Educação para as Relações de Gênero tem como objetivo desenvolver ações pedagógicas de enfrentamento às práticas discriminatórias nas escolas, bem como fomentar estratégias de promoção da equidade de gênero no respeito às diferenças. Nesse sentido, ela visa garantir os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento das competências individuais para todos, independentemente do sexo, da identidade de gênero e da orientação sexual, propiciando assim ambientes escolares de respeito às diferentes expressões da sexualidade.

As políticas municipais de inclusão da diversidade sexual na educação se situam no campo dos Direitos Humanos e, como tal, se sustentam teórica e politicamente pelos seguintes documentos: 1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) 2. Caderno de Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). 3. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005); 3 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); 4. Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010); e 5. Caderno de Textos Introdutórios das Proposições Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (2010). Todas estas políticas resultam do processo de democratização da sociedade marcado inicialmente pela promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Nas últimas três décadas, o Brasil vivenciou profundas mudanças sociais e culturais relacionadas à sexualidade e às relações de gênero, entre outros aspectos da vida social. Essas transformações estimularam a organização e a mobilização social com repercussões nas políticas públicas, na legislação e na vida cotidiana. Nesse contexto, a escola configurou-se como um dos cenários fundamentais para a vivência das novas e intrincadas configurações sociais e sexuais na vida de crianças, jovens, adultos e pessoas idosas. As relações de gênero no cotidiano escolar produzem ressonâncias nos

⁴ Fonte: Secretaria Municipal de Educação

processos de ensino e aprendizagem, bem como nos processos de socialização docente e discente. Diante do anseio de construção de uma sociedade mais justa do ponto de vista ético e humano, livre de preconceito e discriminação, é fundamental identificar e enfrentar as dificuldades existentes na promoção dos direitos humanos nos ambientes de convivência escolar. Portanto, cabe à escola e à educação pública instalar práticas e políticas de inclusão social, de democratização e de fortalecimento dos direitos humanos.

2. Objetivos:

O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria Municipal de Educação possui os seguintes objetivos:

- Promoção de ações pedagógicas de enfrentamento às práticas sexistas, homofóbicas e transfóbicas nas escolas municipais;
- Garantia do direito à aprendizagem para todos, independentemente do sexo, da identidade de gênero e da orientação sexual; e
- Fomento de ambientes escolares e espaços de convivência escolar em que haja respeito às diferentes expressões da sexualidade.

As políticas públicas municipais de inclusão da diversidade sexual na educação se situam no campo dos Direitos Humanos e têm como foco:

- Formação de profissionais da educação;
- Produção de material didático de suporte ao trabalho docente; e
- Mobilização estudantil a fim de favorecer a participação produtiva e protagonista na construção de uma cultura inclusiva, não sexista e não homofóbica.

3. Ações

O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual desenvolve as seguintes ações:

- Seleção de livros que integram os kits de literatura da Rede Municipal de

Educação com temas relativos às relações de gênero;

- Pesquisa, participação, publicação e apresentação de textos e relatos de experiência em eventos sobre a temática de gênero, sexualidade e educação;
- Promoção de percursos museológicos temáticos em parceria com os seguintes espaços museológicos da cidade: Museu de Artes e Ofícios; Memorial Minas Gerais Vale e Centro de Arte Popular;
- Formação permanente de todos os profissionais da educação, desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos ao longo do ano letivo.
- Participação na Jornada Literária realizada pela equipe pedagógica do Ensino Fundamental com temáticas específicas das relações de gênero;
- Formação dos técnicos do Programa Saúde na Escola, do Projeto Escola Aberta, do Projeto Escola Integrada e dos Programas Sócio Educativos das Gerências Regionais, assim como dos Fóruns da Criança e do Adolescente e do PAIR.
- Atendimento constante às demandas das escolas municipais.
- Acompanhamento de projetos específicos desenvolvidos pelas escolas municipais com apoio técnico.
- Garantia do uso do nome social a transexuais e travestis estudantes da Educação de Jovens e Adultos.
- Participação na elaboração do Plano de Segurança Escolar, garantindo a discussão sobre as discriminações que acontecem nos ambientes escolares e ações de enfrentamento.

Parcerias com os seguintes órgãos:

- GPFEM – Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas da PUC Minas;
- Nuh – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG;
- CRLGBT – Centro de Referência LGBT da SMADC/PBH
- COMDIM – Coordenadoria Municipal de Direitos da Mulher da SMADC/PBH
- Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
- Conselho Municipal de Direitos da Mulher

4. Desafios:

A Educação tem uma perspectiva de formação cidadã dos sujeitos que frequentam os ambientes escolares. Evita-se a reprodução de posicionamentos que pertencem a outras instituições e que poderiam ser mal interpretados ou mal empregados. Assim, atitudes policialescas ou biologizantes são evitadas. Reforça-se o diálogo como estratégia e metodologia. A temática de gênero, com enfoque na população LGBT, é relativamente recente, necessitando de formação constante e de monitoramento das políticas públicas educacionais e das práticas docentes a fim de garantir a equidade dos direitos de cidadania para todos na escola. Princípios religiosos, morais, culturais e muitas vezes políticos podem ser tomados como focos de uma significativa resistência ao trabalho pedagógico com a diversidade sexual nos espaços de convivência escolar. O enfrentamento a todas as formas de discriminação na escola é uma tarefa contínua no intuito de visibilizar as diferenças e as múltiplas formas de ser e estar no mundo.

RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE TRABALHO E EMPREGO⁵

A Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego tem por finalidade **elaborar e implementar** a política de investimento em qualificação e requalificação profissional e em geração de emprego no Município, visando o **desenvolvimento econômico** com **inclusão social**.

A Prefeitura de Belo Horizonte, em convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego, disponibiliza aos cidadãos três Postos do Sistema Nacional de Emprego (BH Resolve, Barreiro e Venda Nova). Aos trabalhadores que efetuam cadastro nos Postos, são ofertadas oportunidades de encaminhamento para vaga de emprego, qualificação social e profissional, ações formativas de apoio (treinamentos) e habilitação ao seguro-desemprego.

Instituído pelo Decreto nº 76.403, de 08.10.75, o SINE tem como Coordenador e Supervisor o Ministério do Trabalho e Emprego. Desta forma, todas as ações realizadas nos Postos de Atendimento SINE são baseadas nas premissas definidas pelo MTE.

Tendo como base uma política de inclusão social, salientamos que os Postos Municipais do SINE de Belo Horizonte estão abertos a todos os públicos, independentemente de cor, raça, gênero ou orientação sexual.

Considerando as especificidades do segmento LGBT e as demandas apresentadas pelo Programa BH sem Homofobia a SMATE convidou o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte para compor o Comitê Gestor do Programa Municipal de Qualificação, Emprego e Renda visando garantir que a temática fosse incluída da pauta de discussão do município de forma mais sistematizada e perene.

Desta participação e interlocução com os membros do referido Comitê iniciou-se o desenho de propostas para implementar ações capazes de responder às demandas desta população, como a inclusão de travestis e pessoas transexuais nos cursos de qualificação ofertados pelo município, bem como a formação de agentes públicos lotados nos postos do SINE, tanto para garantir o respeito às identidades de gênero e orientação sexual quanto para buscar abertura de frentes de trabalho junto a iniciativa privada que recorre a este serviço em busca de mão de obra.

⁵ Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego

RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E PATRIMONIAL/GUARDA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – MG.⁶

A GUARDA MUNICIPAL E A GARANTIA DOS DIREITOS LGBT

Como SMSEG/GMBH pensa as questões LGBT:

Nos últimos anos, em parte por força de face ao clamor público por uma segurança pública eficiente e cidadã, os governos municipais passaram a ter uma direta e incisiva intervenção na segurança dos munícipes. O novo cenário se materializou com a criação das guardas municipais em diversos municípios, particularmente nos grandes aglomerados urbanos, do território nacional.

É o exemplo de Belo Horizonte, onde a Lei Municipal nº 8.620, de 18 de julho de 2003, de iniciativa do Executivo Municipal, instituiu a Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSEG - a ela subordinando-se a Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH -, criada pela Lei Municipal nº 8.486, de 20 de janeiro de 2003. Posteriormente, a Lei nº 9.011 de 01 de janeiro de 2005, e a Lei nº 9.311, de 19 de janeiro de 2007, recepcionaram os artigos das leis anteriores de criação dos órgãos municipais de segurança, consolidando a efetiva ação do município belo-horizontino na seara da segurança pública. Em 2011 a Lei 10.101/2011 ampliou o leque de atuação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial – SMSEG - ao subordinar à mesma a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, órgão com o fim precípua de atuar e prevenir desastres ambientais no ambiente urbano.

A GMBH executa vários projetos na esfera dos direitos humanos e de uma segurança cidadã, destacando-se o "Projeto Justiça Restaurativa", em parceria com o TJMG, termo de cooperação firmado em dezembro de 2013; o "Plano Municipal de Segurança Escolar", que busca qualificar diretores de escolas e guardas municipais na atuação educacional, com foco na ação de prevenção ao uso de drogas e em formar profissionais da educação nos temas relacionados à violência, indisciplina e cultura de paz, entre outros programas e ações.

⁶ Fonte: Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial

No entanto, no que diz respeito a projetos/ações com foco exclusivo nos direitos LGBT não há ainda nenhuma ação em desenvolvimento.

Cursos de formação via EAD, geralmente disponibilizados pelo Ministério da Justiça/SENASP, são frequentados por guardas municipais, mas os conteúdos são genéricos, com ênfase nos direitos humanos em geral.

Quais as atividades estão sendo desenvolvidas com foco na população do segmento LGBT:

Como exposto, não se tem uma atividade exclusivamente destinada ao público LGBT. No entanto, cursos disponibilizados pelo MJ/SENASP têm os guardas municipais de Belo Horizonte como seus alunos em plataforma EAD. Esses cursos enfocam conceitos teóricos e práticos da vivência LGBT, buscando as definições teóricas, as identificações das vivências, as identidades de gênero, o combate às práticas homofóbicas, abordagens aos sujeitos LGBTs e a história das lutas pelos direitos humanos e de gênero.

Quais os desafios enfrentados

Atualmente, o desafio abraçado no “Plano Municipal de Prevenção Social da Violência e Segurança”, elaborado pela SMSEG, advoga o desenvolvimento de um trabalho integrado entre as políticas públicas municipais, bem como maior interação e colaboração entre os órgãos municipais e órgãos similares das esferas estadual e federal de governo, baseado no trinômio da **informação compartilhada, planejamento conjunto e atuação integrada**. A se materializar tal paradigma, espera-se que as ações e programas da SMSEG/GMBH possam incluir com maior força as demandas pela defesa e garantia de direitos do público LGBT.

RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE⁷

A saúde “não é apenas a ausência de doenças”, mas resultante das “condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde” (Lei Orgânica de Saúde nº 8.080/90)

A garantia ao atendimento à saúde é uma prerrogativa de todo cidadão e cidadã brasileiros e devemos respeitar suas especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais.

A diversidade e especificidades devem ser acolhidas, tratadas e consideradas dentro dos princípios do SUS, com oferta de atenção, assistência, vigilância e promoção à saúde, com qualidade e ética, pelo SUS/BH.

Atividades estão sendo desenvolvidas com foco na população do segmento LGBT

- Criação de um Grupo técnico de diversidade dentro da Gerência de Assistência da SMSA;
- Qualificação da rede de serviços do SUS para a atenção e o cuidado integral à saúde da população LGBT através de capacitações e sensibilizações;
- Em processo de estruturação de serviço especializado visando o acesso ao processo transexualizador na rede SUS – BH. A implantação deste serviço especializado implica em criação de protocolos, pactuações que envolvem Gerência de Assistência, Rede Complementar e Gerência de Regulação, contratação de profissionais e organização do espaço para atendimento. Processo s que se iniciaram no final de 2014 e se encontram em andamento.
- Atenção integral na rede de serviços do SUS para a população LGBT nas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), especialmente com relação ao HIV, à AIDS e às hepatites virais;
- Sensibilização com os profissionais de saúde para garantir os direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT no âmbito do SUS;
- Capacitações e oficinas para eliminar preconceito e discriminação à população LGBT nos serviços de saúde - Projeto de Mãos Dadas Contra a Aids;

⁷ Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

- Inserção do campo para o nome social na ficha de cadastro do prontuário eletrônico visando garantir o uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Aguardando a implantação do novo sistema integrado que incluirá o campo com o nome social em todas as instâncias do prontuário eletrônico.
- Inclusão de temas como discriminações de gênero, orientação sexual, raça, cor e território nos processos de educação permanente dos gestores, trabalhadores da saúde e integrantes dos Conselhos de Saúde;
- Oferta de Testes Rápidos e Aconselhamento para diagnóstico e tratamento precoces;